

Manuel Alegre de Melo Duarte... *

... nasceu às 10:15 de 12Mai1936 perto do Vouga.

De Águeda foi mandado estudar para Coimbra, onde passou a residir no centro da cidade, num *«quarto da Avenida Dias da Silva, por cima do café, ao lado do Lar das Doroteias»*, cuja porta de saída frequentava, tal como o boémio café *Mandarim*; e, de quando em vez, frequentava também algumas aulas na Faculdade de Direito. Ali aderiu à célula local do PCP e adoptou o *alias* “Sebastião”: *«“se fores preso, camarada”, era um folheto que definia as regras do comportamento perante a polícia»*.

Integra a comissão da AAC, que em Abr-Jun58 apoia a candidatura presidencial do general Humberto Delgado. Posteriormente, trava conhecimento com o estudante angolano Daniel Júlio Chipenda.

Em Mai60 participa nas eleições para a Associação Académica. E em vésperas do PM se deslocar a Coimbra *«para as celebrações do jubileu»*, faz parte do grupo que, após trepar a “Porta de Minerva” (Torre da Universidade), espicha a frase *«Abaixo Salazar»* no edifício dos Estudos Gerais.

Como é cábula na faculdade e repete anos sucessivos, é incorporado no Exército e faz a recruta na EPI-Mafra como cadete.

«Com 25 anos e aspirante-a-oficial miliciano, [em Jun61] é um dos promotores de um encontro universitário em Coimbra, de contestação à guerra que se tinha iniciado em Angola. 11 dias depois é colocado na ilha açoreana de São Miguel, onde conhece [o capitão de artilharia Ernesto Augusto de] Melo Antunes, o tenente-coronel [Clodomiro Sá Viana de] Alvarenga, o capitão André do Nascimento e outros suspeitos de ligação à tentativa do golpe de Botelho Moniz, e de outras acções contestatárias de distribuição de panfletos contra o regime e contra a guerra: “Chegou-se a pensar tomar conta da ilha para que lá desembarcasse o general Humberto Delgado. Depois esses oficiais foram dispersos”.»

«Naquela altura [Jun62], discutia-se muito o “ir ou não ir” para a guerra. Havia quem defendesse a deserção e quem defendesse a ida para a guerra – e eu optei por ir porque não me agradava, pessoalmente, a deserção [i.e, porque o PCP assim lho ordenou!]. Não queria que houvesse confusão, por razões pessoais e por razões de família, e de uma certa maneira de ser, entre ter uma atitude política e o medo de ir à guerra. Por outro lado, tinha também uma certa curiosidade e mesmo uma certa paixão em conhecer aquilo por dentro. [...] Fui para Angola de avião, sem tropa, por ter ficha política na PIDE, e fui colocado no Regimento de Infantaria de Luanda»².

Na tarde de 19Jun62 segue de Lisboa por via aérea para Luanda, como alferes miliciano de infantaria em rendição individual (acompanhado de *«“Jorge Albuquerque Coelho”, ex-ponta esquerda da “Académica”, companheiro de quarto em Mafra»*); após escala em São Tomé e Príncipe, chega a Luanda às 20:30 de 20Jun62.

Na manhã de 21Jun62 apresenta-se ao comandante do RI20 (tenente-coronel Ernesto Fontoura Garcez de Lencastre), que já tem em seu poder o respectivo dossier elaborado pela PIDE; horas depois, cruza-se no bar dos oficiais com o alferes Fernando Robles; depois do almoço conhece o «capitão ‘Garcia’ – Renato Fernando Marques Pinto, dos SCCI –, loiro de olhos azuis e bigode curto, um dos teóricos da guerra revolucionária, que esteve em França e na Argélia». Nessa mesma noite, recebe no seu quarto dois civis (um deles jornalista radicado em Angola, que tem uma cunhada “Bárbara”, hospedeira da TAP, filha de mãe caboverdeana e pai goês); ambos os visitantes militam no PCP e já o esperavam na capital angolana.

«Não se pode dizer que tinha uma missão em Angola, porque isso pressupunha um grau de organização que nessa altura não havia, embora houvesse contactos, mesmo a nível militar. Havia uma estrutura mínima, havia as “Juntas Patrióticas”. Eu estive ligado do PC, mas estava mais ligado às “Juntas Patrióticas”. Nas “Juntas Patrióticas” estavam pessoas do PC, mas não eram coisas muito estruturadas. [...] Começava-se a fazer uma teoria da guerra, os oficiais jovens do Estado-Maior que tinham a experiência de França, da Argélia. Tinham lido o Giap, o Mao Zedong, os teóricos da guerra. [...] Antes disso tinha havido os massacres no Norte e a resposta da tropa local, dos polícias e dos colonos, completamente entregues a si mesmos. Eu ainda ouvi dessa natureza, ouvi muitos relatos e o testemunho de pessoas que viveram situações dramáticas. Mas nunca estive em nenhuma situação dessas, porque as minhas missões eram de escolta. Quando cheguei a Angola, a guerra começava a ser controlada e essas coisas eram reprimidas. Havia a compreensão de que se tinha perdido muito apoio com os massacres e com os excessos que foram cometidos. Começou-se a fazer a acção psicossocial e compreendeu-se que o essencial era a conquista das populações: a organização dos mercados, a abertura das picadas, a tentativa de captar as populações. [...] Uns oficiais achavam que a guerra não tinha suficiente apoio político e estava a ser mal conduzida, outros eram jovens oficiais do Estado-Maior que tinham sido formados na Argélia e em França e pensavam que era preciso que o Exército tivesse um papel revolucionário e cumprisse o programa dos movimentos de libertação. Depois havia os milicianos, que eram contra o regime e já estavam contra a guerra. [...] Estavam lá muitos oficiais milicianos que tinham participado no movimento estudantil, e portanto já tinham uma certa consciência política, mesmo sobre a guerra. [...] Eu cheguei a Angola na altura em que o Exército começou a ter um certo controle da situação e começou uma certa tensão entre o Exército e a população»².

Em fins de Jul62 é-lhe entregue o comando de um pelotão de uma das CCaCl/RI20 e sai pela primeira vez da cidade para uma «emboscada e detecção de minas» nos subúrbios; no pelotão está integrado um «furriel mestiço [Valdez], com experiência e já condecorado com Cruz de Guerra por acção no Caxito em 1961»; a coluna militar arranca com 4 secções (1 GMC blindada, 3 Unimog com 8 soldados cada, o jipe das transmissões e o jipe do comando). Passa pelo muceque Sambizanga em

direcção ao Cacuaco; depois da zona de capim segue por uma picada durante 5km, até entrar na zona dos morros do Quifangondo onde a picada se torna estreita e pedregosa; a cerca de 30km de Luanda depara com uma mina; a coluna pára, a mina é deflagrada, e regressa ao RI20 sem quaisquer novidades.

«Havia ali uma grande tradição guerreira que já vinha do princípio do século. Foram derrotadas algumas colunas importantes do Exército português. Eram guerreiros que chegavam a vir à picada. [...] Eu comandava tropas da guarnição normal, que incluía brancos, pretos, mestiços. Foi na altura em que apareceram as minas. Era um grande pavor fazer o percurso de Luanda para o Norte, sobretudo passar pela zona das “Sete Curvas”.»

«Criou-se rapidamente um grande movimento. Lembro-me que em pouco tempo, contactei com mais de 120 oficiais. [...] Pretendia-se [quem?] fazer um movimento [de quê?] em Angola. Havia motivações contraditórias: havia [quem?] gente que queria derrubar o regime, outros [quem?] que queriam que a guerra fosse feita de outra [qual?] maneira, outros [quem?] queriam criar [quais?] condições para uma auto-determinação [de que tipo?], gradual.»

«Em Ago-Set62 houve uma intensa actividade de conspiração, mobilizando oficiais do Quadro Permanente e pessoas ligadas ao general Deslandes, tal como o (hoje) general Alvarenga. O Spínola estava em Angola nessa altura. Conspirei com alguns oficiais do batalhão dele, que foi um batalhão muito sacrificado. Homem um pouco lendário, não só pelo monóculo, mas porque participava nos combates, dormia no chão, comia a comida dos soldados. Ajeitava-se a todas aquelas situações, o que lhe dava um certo carisma. Começava então a lenda de Spínola. [...] O movimento atingiu proporções significativas [quais?] e importantes [para quem?]. Havia em Luanda pára-quedistas, que eram a principal força operacional, porque na altura não havia comandos. Havia o batalhão de intervenção do RIL e a FAP. Com estas forças teria sido fácil tomar conta de Luanda. O objectivo era tomar conta de Luanda, fazer uma proclamação política e tentar forçar a queda do regime em Portugal. Não aconteceu nada porque, sobretudo os oficiais, exigiram contactos com as forças da oposição. Galvão de Melo [coronel comandante da BA9] não queria o Delgado mas queria contactar com forças da oposição. Nessa altura mandei uma informação para Lisboa, mas as pessoas [quem?] ficaram perplexas e nem acreditaram, acharam que era “de mais”. [...] Entre os oficiais que participaram na movimentação havia o [comunista] Alvarenga, o tenente-coronel [i.e, capitão] aviador José Ervedosa que já morreu [suicidou-se], o Galvão de Melo»².

Assim, em fins de Jul62 teria conspirado em Luanda com militantes comunistas e com outros “camaradas” militares (Carlos Galvão de Melo, Heitor Hamilton de Almendra, José Ervedosa, Walter Valdemar Pêgo Marques), para tentar um *putsch* em Angola. E no mesmo sentido, ter-se-ia encontrado *«na ilha do Mussulo com Duarte de Meneses (Walter Marques), Miguel Noronha (Almendra), João Furtado e Vasco da Silveira (José Ervedosa)»*. *«O major [i.e, capitão] piloto-aviador José Ervedosa contactou um seu amigo fuzileiro, o tenente Metzner, e ele deu-lhe*

palavra de honra de nada dizer, mas denunciou a conspiração ao CEM [do ComNavAng] Leonel Cardoso, e fez seguir uma participação escrita, originando a prisão de vários militares. [...] Eles [quem?] queriam prender o Galvão de Melo e ele não foi preso porque eu não confirmei os encontros que ele tinha tido comigo»².

Fala-se que «o ministro [do Ultramar] propôs a substituição do general, parece que foi aceite», que o “Coronel” «foi chamado ao QG, estava lá a PIDE, parece que sabem tudo», e que «houve uma denúncia por escrito ao CEM» aparentemente feita pelo fuzileiro “Werder” [primeiro-tenente FZE Augusto Henrique Coelho Metzner, comandante do DFE1], um «gajo nazi» que tinha andado «na Academia» com “Miguel Noronha” e este falou com aquele. «A essa mesma hora, está o CEMGFA a assinar a ordem de transferência do Coronel para a Guiné e do capitão Miguel Noronha para Moçambique. E o capitão Garcia (Marques Pinto, dos SCCI), telefona ao director da PIDE: -“As encomendas foram despachadas, as grandes”. - “E as pequenas?”. “Não há problema, uma vai para Roçadas e a outra para o Norte, talvez Nambuangongo”».

«O percurso entre Luanda, Quipedro e a zona de Zala, era complicado. Morreram muitos oficiais nossos. Falo no meu livro [“Jornada de África” publicado em 1989], de um guerrilheiro “Domingos da Luta”, cujo verdadeiro nome era Domingos Pacaça [i.e, António Fernandes], o “Mata-Alferes”. Foi a partir daí [i.e, só após 24Set62] que houve ordem para se andar sem divisas, para nunca ir no jipe, para se ir misturado com a tropa. Mas, mesmo assim, ou porque os conhecia, ou porque tinha fotografias, ou por qualquer outra razão, ele atingia os alferes. A altura mais difícil da guerra foi nesses anos, 1962-63. Eu vivi essa experiência: de ter que ir de Luanda para o Norte enquadrar civis e trazer ou civis ou tropas. Portanto, ia fazendo contactos, ouvindo as histórias, sabendo da guerra – entrei em combate algumas vezes, fui alvo de emboscadas. [...] Fazia uma coisa que nessa altura era muito desagradável: as escoltas para o Norte. Escoltava civis ou ia buscar os pára-quedistas. Os pára-quedistas eram lançados, faziam as operações e depois ia uma escolta recolhê-los. O que eu fazia era uma coisa desagradável. Foi assim que conheci o capitão [pára-quedista Heitor Hamilton] Almendra [comandante da 2^oCCP/BCP21] e outros oficiais pára-quedistas, os principais elementos da tentativa de conspiração»².

Seguidamente, é mandado pelo comando do RI20 com uma CCaCl para Quicúa e depois para o Quixico; no entanto, mais tarde irá proclamar que em 01Nov62 estava em “Nambuangongo”, onde teria escrito uma carta à hospedeira “Bárbara Cativa”, dizendo que tinha comandado a escolta de um MVL até Nambuangongo, com a seguinte descrição mirabolante: a sua tropa recolheu no Caxito camiões civis para as fazendas Águas Belas, Beira Baixa (Canacassala) e Maria Fernanda (norte de Nambuangongo); passaram pelos contrafortes de Quicabo, onde uma companhia estava aquartelada há catorze meses; com o capitão de baixa, comanda a tropa o alferes mais antigo, “António Maldonado” (com barba ruiva, um olho azul e outro castanho). Um pelotão de Quicabo integrou-se na coluna, que prosseguiu

para norte e passou nas «Sete Curvas»: «enquanto o alferes ‘António Maldonado’ caía fulminado na picada das Sete Curvas, com tiros no pescoço após a quinta curva, o presidente Kennedy ordenava o alerta máximo, Krustchev também. A ameaça de uma guerra final pairou sobre o planeta. Agora o locutor anuncia: “Krustchev aceitou as condições americanas e concordou em retirar de Cuba, sob fiscalização da ONU, todos os mísseis soviéticos”»¹.

Na realidade, em Nov62 foi transferido para zona 50% no sudoeste, ficando colocado no RI22 em Sá da Bandeira com destino a uma subunidade aquartelada em Roçadas: «Fui transferido [do RI20-Luanda] para [o RI22 em] Sá da Bandeira [porquê e em que data?]. De Sá da Bandeira fui [porquê, quando e como?] para [a 1^ªCCaCl/RISB, ou CCac301, estacionada no norte do Uíje em] Sanza Pombo. E estava aqui quando recebi ordem [de quem?] para me apresentar em Luanda [a quem?], para ser preso»².

Na realidade, em Dez62 havia sido informado que «o capitão pára-quedista [Almendra] foi interrogado pelo director da PIDE no QG», onde fizeram muitas perguntas sobre si, estando aquele convencido de que “Sebastião” iria ser preso. Assim, não se apresentou na subunidade do norte onde havia sido colocado, tendo ali sido dado ausente sem licença e dez dias depois como desertor; e nesta condição, em 17Abr63 é capturado pela PM em Luanda: «Vindo de Sanza Pombo, apresenta-se no QG mas não foi logo preso. Quando o capitão de cavalaria da PM [Manuel José Magalhães da] Cruz Azevedo o foi buscar [onde?], foi de “má consciência”. Pediu-lhe desculpa de não ir fardado, convidou-o para ir à Versailles»; (tudo isto, cf interpretação de Freire Antunes).

«Quando eu fui preso, já tinha passado muito tempo sobre a possibilidade de haver qualquer coisa. Fui preso por causa de um movimento militar, para o qual cheguei pessoalmente a contactar cerca de 120 militares [que antes designou por “oficiais”]. [...] Tomámos uma cerveja. Estavam lá vários [quantos?] oficiais e havia grande indignação por eu ser preso, porque eu já era relativamente conhecido»². Outra é no entanto a versão dos factos: «Antigo militante do PCP, em Angola como oficial miliciano, onde uma conspiração com outros militares o levou à prisão na fortaleza de São Miguel em Luanda», (cf. McGowan, pp.127).

Foi-lhe levantado um auto de corpo-de-delito por deserção, inquirido nos termos do RDM e punido com uma pena de prisão disciplinar agravada, no termo da qual a competente autoridade castrense determinou a sua passagem compulsiva à situação de disponibilidade. Nesta condição, foi entregue à correspondente autoridade civil que determinou a sua prisão preventiva na cadeia de São Paulo; (nesse mesmo mês, o capitão Almendra termina a sua comissão na 2^aCCP/BCP21 e é convidado para formar o BCP31, seguindo para a Beira/Moçambique). «O Alvarenga tinha ido para Moçambique, o Ervedosa tinha sido preso pela PIDE e depois passou compulsivamente à reserva. [...] Eles [quem?] estiveram vários dias a discutir se me entregavam ou não [na delegação da PIDE], o que criou um mal-estar sobretudo depois de eu ter sido entregue. Depois fui entregue à PIDE por despacho do então CEM tenente-coronel Bethencourt Rodrigues. Saí da fortaleza

militar – escoltado e com palmas dos militares que lá estavam dentro –, e depois estive na prisão da PIDE em Luanda. O director da PIDE na altura era o [dr.Aníbal de] São José Lopes. Estive sozinho numa cela, não tinha ninguém na cela do lado direito nem na do lado esquerdo. A seguir à cela vazia do lado direito, estavam o [José] Luandino Vieira [Mateus da Graça], o António Jacinto [do Amaral Martins] e o António Cardoso, [todos activistas do PCP em Luanda]. Tive duas sessões de 7 dias e 7 noites sem dormir, o que foi uma situação de grande dureza. O meu comandante do RIL era o tenente-coronel [Ernesto Fontoura] Garcês de Lencastre, um ultramilitarista que escreveu uma carta à PIDE a defender-me. Todos os meus comandantes tomaram a minha defesa: “O único critério que tenho para apreciar os meus oficiais é um critério estritamente militar. O oficial miliciano tal honrou este regimento, cumpriu exemplarmente as suas obrigações”»².

«Interrogado pelos inspectores Poitier e [Francisco Bartolomeu da Costa] Lontrão, e esporadicamente o São José Lopes. O agente Reis Teixeira disse-lhe: “Espero que não se esqueça. Hoje uns, amanhã outros”. Quando saiu da prisão não foi reintegrado, mas ficou em Luanda.

Em Dez63, quando na Metrópole são presos pela PIDE alguns dos civis implicados na conspiração, «foi recebido em audiência por Bethencourt Rodrigues. Três dias depois [dia 21] seguiu [no navio “Vera Cruz”] sob prisão militar de regresso a Lisboa», (cf pp.689 op.cit).

As autoridades fixam-lhe residência em Coimbra, onde em Mai64 é avisado de que o seu processo, elaborado pelo capitão António Ricardo Felgueiras, vai ser reaberto no TMT de Luanda, pelo que irá ser novamente detido a fim de ser presente a julgamento. Mas o seu advogado Orlando Bacelar aconselha-o a fugir do País.

No início de Jun64 ausenta-se de Coimbra: viaja para a capital, de onde segue clandestinamente para Lousada com apoio do PCP, cujo aparelho o coloca algum tempo numa safe-house em Chaves; dali foge a salto para Espanha e França, chega a Paris e fica temporariamente instalado na Rue des Cannelles, perto do Boulevard Saint-Germain. Ali recebe «o convite» para participar na III Conferência da FPLN (comunistas, maçons, socialistas e delgadistas), que vai decorrer em Argel.

Para ali segue no último fim-de-semana de Set64: é eleito membro do comité da FPLN e um mês depois «o director da Rádio Argel, Tito de Moraes, convida-o para ali trabalhar e depois torna-se seu director durante 10 anos»².

No início de Nov64, começa a trabalhar como locutor do programa radiofónico “Voz da Liberdade”, que utiliza quase em exclusivo para se dirigir aos militares portugueses em constantes apelos à deserção, mas não só:

«Foi o principal animador e locutor da rádio Voz da Liberdade, onde se notabilizou em insultos ao general (Delgado); a 25Fev65 com outros indivíduos da FPLN, tentou apropriar-se do arquivo e ‘bureau’ da Frente Portuguesa de Delgado», (cf. McGowan, op.cit).

«Estavam na altura em Argel os movimentos de libertação de todas as partes do mundo: colónias portuguesas, África do Sul, Quebec Livre, Panteras Negras, espanhóis. A Argélia teve um grande papel no que respeita às ex-colónias portuguesas, porque a maior parte dos seus dirigentes, os primeiros quadros, foi ali que receberam instrução militar, nomeadamente o Samora Machel. Por exemplo, o MPLA, ao contrário do que se pensa, durante muito tempo não teve apoio nenhum [directo] de Moscovo nem dos países comunistas. Os países que mais ajudaram [declaradamente] os movimentos de libertação na altura, sobretudo o MPLA, foram a Argélia e a Jugoslávia. A ajuda de Moscovo e o enquadramento [directos] de Moscovo vieram mais tarde, quando a situação da guerra se consolidou e eles perceberam que aquelas pessoas iam ser os futuros dirigentes dos novos países. Foi só a partir daí que começou a haver um outro enquadramento por parte de Moscovo»².

Simultaneamente, trata de branquear a infiltração e orientação comunista sobre os ditos “movimentos de libertação”, escreve e edita livros de poemas: “Praça da Canção” (65); “O Canto e as Armas” (67); “Lusiade Exilé” (70), editado em Paris; e “Um Barco para Ítaca” (em 71, reeditado em Portugal três anos depois).

Ao longo de dez anos (64-74), faz entrevistas à «maior parte dos líderes dos movimentos de libertação, sendo a mais importante Amílcar Cabral em que este citou versos dos Lusíadas de Camões [haverá outros?]: “Camões também é nosso, nós ensinamos a língua portuguesa, as grandes datas da história de Portugal”», (cf pp.690 op.cit).

«Estive com Eduardo Mondlane em Dar-es-Salaam, e depois no Cairo almocei com ele dois ou três dias antes de ele morrer [em 03Fev69]. Estivémos juntos em Cartum, numa conferência internacional de solidariedade com os povos da África Austral. Estava toda ela feita para o ANC, que era nessa altura quem tinha todo o apoio da máquina soviética. Aquela conferência estava toda virada para a situação da África do Sul e o Amílcar Cabral conseguiu dar a volta. A partir daí começou maior projecção dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Mondlane tinha formação americana e posição política muito diferente da dos outros, embora seja muito discutível o simplismo com que se diz que fulano e fulano eram comunistas. Amílcar Cabral nunca se considerou marxista, embora houvesse elementos da teoria marxista nas suas teses. O Agostinho Neto era homem que tinha formação marxista e como aspiração máxima fazer de Angola uma espécie de Jugoslávia africana, com posição crítica em relação à URSS, mesmo antes da independência. O Mário de Andrade era um dos grandes intelectuais e um homem que trabalhou muito de perto com o Amílcar Cabral. Eu e o Amílcar Cabral fizémos várias tentativas de reconciliação dele com o Agostinho Neto. Era absurdo que um homem como o Mário de Andrade não tivesse uma posição de relevo no seu próprio país.»

«As acusações de que a “Voz da Liberdade” denunciava operações militares antes de elas acontecerem, é uma fantasia e uma calúnia. Nem havia nenhum meio de o fazer. Os comunicados das Forças Armadas eram muito lacónicos, davam os mortos a conta-gotas. Confrontávamos a imprensa portuguesa e as informações dos movimentos de libertação, com os comunicados das Forças Armadas. Os movimentos também exageravam. Dávamos notícias das situações que iam aparecendo na imprensa portuguesa e dávamos notícia dos comunicados que eles [quem?] faziam, em relação a operações que tinham sido realizadas. A ideia de que falámos da invasão de Conackry antes dela acontecer não tem pés nem cabeça. Fizémos um grande alarido, mas depois da invasão se ter dado. Isso provocou um escândalo em todo o mundo. Nós ouvíamos a BBC, que era uma das nossas fontes. Havia períodos em que chegavam muitas informações e outras que não. Três emissões diárias muitas vezes sem informação directa de Portugal. Estamos a falar de factos que se passaram há 30 anos e que, nessa altura, eram vistos à luz dos nossos sentimentos, das paixões e até dos valores dominantes. Hoje temos outra perspectiva histórica e cultural.»

«O que aquela guerra significava [para quem?] era a ideia de que se ia cortar a ponte entre Portugal e África. Seria um novo Alcácer Quibir, iria conduzir a um desastre, não teria solução política. Portanto, seria algo semelhante ao que aconteceu à França na Indochina e na Argélia. Era uma geração que se ia perder ali. Iam-se [quem ia?] cortar os laços entre Portugal e África e os laços que podiam permanecer eram os [daqueles vendilhões] que ligavam aqueles [traidores à Pátria] que lutavam contra o regime aqui [i.e, o estafado chavão e velho bode expiatório que tudo justificou e continua a justificar] e os que lutavam em África pela independência. A ideia que havia, era que a guerra era uma guerra perdida, sem solução, uma guerra que nós próprios perderíamos: as nossas vidas, tínhamos 20 anos, estávamos nos nossos cursos, tínhamos as nossas namoradas, as nossas famílias, a nossa vida e, portanto, a guerra era uma interrupção brutal. [...] O nível de desertores do teatro-de-operações foi mínimo, sim, mas os refractários foram muitos milhares; [bla-bla-bla, ver pp.692 op.cit]. Em Argel recebemos desertores enviados pelo PAIGC, algumas [quantas?] dezenas. Amílcar Cabral em conferência de imprensa em Argel afirmou que queria “ajudar o dr. Marcelo Caetano a ser o De Gaulle português”. A nossa [de quem?] posição era bastante diferente [em quê?], mas ele disse-nos: “Vocês têm um problema de regime, mas eu tenho um problema de país, por isso estou disposto a negociar”. Se esta posição de maleabilidade tivesse sido correspondida por parte do regime, mesmo na época de Salazar, mas sobretudo na época de Marcello Caetano, poderia ter economizado ao País uma revolução»².

Em 1971 desloca-se a Paris, onde conhece Mafalda Maria de Campos Durão Ferreira (nascida em 1948 em Lisboa), com quem casa e regressa a Argel.

No final de Jan73 desloca-se a Conackry para o funeral do secretário-geral do PAIGC, durante o qual pronuncia um discurso e distribui um panfleto com o seu elogio fúnebre intitulado “Amílcar Cabral Chefi di Guerra”.

Em 02Mai74 chega a Lisboa, regressado de Argel com a mulher e o filho Francisco (nascido em 1973 na capital argelina). Nesse *ano da Revolução*, publica “Letras”.

Em 26Fev75 é integrado nas listas do PS à Assembleia Constituinte, para a qual é eleito em 25Abr75; um ano depois é eleito deputado do PS na Assembleia da República.

Naquele ano de 76 nasce o filho Afonso; publica “Coisa Amar”; e em 23Jul76 toma posse como adjunto do PM para os assuntos políticos (1º Governo Constitucional chefiado por Mário Soares); e secretário de Estado da Comunicação Social. Nessa qualidade, em 05Fev77 emite um despacho que determina o encerramento do quase centenário matutino republicano “O Século”.

Em 31Ago77 desloca-se a Luanda acompanhado de António Macedo, ambos enviados pelo PM Soares «*tendo em vista a melhoria de [...] relações de amizade entre os dois povos*». Em 09Dez77 cessa funções governativas e regressa ao lugar de deputado do PS.

Em 1979 recomeça a publicar poemas e contos: “Nova do Achamento”, seguindo-se “Atlântico” (81), “Babilónia” (83), “Chegar Aqui” e “Aicha Conticha” (84); e em 1985 nasce a filha Joana.

Em 1989 publica “Jornada de África” (Mar89, *narrativa* quase-autobiográfica), e “O Homem do País Azul”; seguindo-se “Sonetos do Obscuro Quê” (93); “Alma” (95); e “A Terceira Rosa” (98).

Em 2003 continua como deputado do PS na AR.

Em Mar2005 é eleito pelo PS como vice-presidente da AR; e no final de Jul2005, apresenta-se candidato “independente” à presidência da República.

Em Fev2006, na *corrida a Belém* fica em 2º lugar, à frente de *son ami* Mário.

E em Jan2010 relança, através da comunicação social, o seu desejo em chegar à chefatura do Estado Português... e ao comando supremo das Forças Armadas!

¹ (Manuel Alegre, “Jornada de África”, pp.141 – esta descrição é delirante: sendo certo que o nome ‘António Maldonado’ é fictício, o restante é baseado em pura fantasia das “Lendas dos Dembos”, que o autor ouvia em Luanda, no bar dos oficiais do RI20 e nos cafés “Restauração” e “Versalhes”. Vejamos: quem segue do Caxito para nordeste, as chamadas “Sete Curvas” são após Quicabo mas antes de Balacende; por outro lado, o autor situa temporalmente o início da sua actividade em escoltas, logo após saída do general Deslandes para Lisboa – 19Set62 –, mas a data que refere como morte do alferes ‘Maldonado’ é relacionada com a “Crise dos Mísseis” – fotografados em 14Out, denunciados por Kennedy em 22Out, com promessa de retirada por Krustchev em 28Out –, posto o que, tudo sucedido em período de um mês após a partida do general Deslandes. Por outro lado, entre 31Jul e 21Out62, não morreu nenhum alferes em Angola; e na data daquela “notícia” – 28Out62 – também não. O que de facto se passou foi em 22Out62, com uma subunidade do BCav350 aquartelada na Fazenda Maria Fernanda – portanto para lá de Nambuagongo –, a qual durante uma patrulha em direcção a Quijoão, sofreu emboscada nocturna com rebentamento de mina, que causou três mortos: alferes miliciano SAM José Manuel de Figueiredo Barbosa Pombeiro, e dois soldados da CCav352 daquele batalhão. Quanto a acções do “Mata-Alferes” António Fernandes, desde que o autor chegou a Angola – noite de 20Jun62 –, na realidade aquele famigerado ‘sniper’ abateu um oficial: em 30Jul62, o alferes Rui Manuel Pereira Retorta da CCac205 – uma subunidade do RI21 estacionada na Fazenda Beira Baixa; um outro oficial – o alferes Paulo Freitas de Barros do BCac159 – havia sido abatido em 23Jun62 por outro ‘sniper’, o “Pedro Afamado”, não na data de chegada do autor nem em Zala, mas sim na área de Tomboco, zona noroeste distrital do Zaire. Assim, nenhum destes factos têm a ver com pretensas acções, com as quais o autor tenta fazer passar a ideia que testemunhou a “guerra” e pelas quais pretende haver “justificado” as suas actividades, pseudo-subversivas em Luanda e depois, já em Argel, de facto subversivas como desertor e foragido à justiça portuguesa);

² (cf s/entrevista de 25Jan95 a Freire Antunes)